



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do IBGE.

Nota 1: A série do desemprego é uma série própria, a partir de dados ampliados da antiga PME e da atual PNAD contínua.

Nota 2: *Rolling regression*, a partir de uma janela de 20 trimestres e da versão *differences* da Lei de Okun.

Considerada pelo governo como atualização e modernização da legislação trabalhista, a reforma trabalhista foi elaborada para criar um ambiente de maior liberdade contratual e menor interferência do Estado nas relações estabelecidas entre trabalhadores e empregadores. Para os opositoristas, a reforma busca atender única e exclusivamente o empregador. Mas seria esse o desejo do governo Temer ao propor esta medida?

O período recente da economia brasileira – marcado por um cenário político atribulado, de desequilíbrio fiscal dos entes federados e de perda de confiança dos agentes econômicos –, levando-se em consideração a série com ajuste sazonal, registrou uma queda do produto por 8 trimestres consecutivos (2014q4-2016q4) (na métrica interanual foram 12 trimestres), suficiente para tornar o PIB do 4º trimestre de 2016 menor do que o do 4º trimestre de 2010, ou seja, de 24 trimestres atrás. Nesse ínterim, a taxa de desemprego medida pelo IBGE passou de 6,5% em 2014q4 a 12% em 2016q4, e o Brasil passou a ter quase 6 milhões de novos desempregados. Ademais, ainda nesse período, o investimento caiu a níveis do segundo trimestre de 2009, o que afetou diretamente o produto potencial, evidenciado pelo alto nível de ociosidade dos fatores de produção.

Após o desastre observado nesses números que marcam o final do primeiro e todo o segundo governo Dilma, e início do governo Temer (que chegou a registrar mais de 14 milhões de desempregados), os referidos dados apresentaram leve melhora, sobretudo após algumas medidas da equipe econômica e o empenho do governo em aprovar as reformas, assim a economia começava a ganhar tração em um processo de retomada gradual, com lenta recuperação de empregos.

Após o início da retomada, Temer teria menos de 2 anos para emplacar a difícil missão de crescer a economia em bases sustentáveis e retirar milhões de brasileiros da situação de desemprego, o que o consagraria como o presidente que tirou o Brasil da crise e que teria construído a “ponte para o futuro”, fato que possivelmente garantiria sua competitiva disputa nas eleições de 2018. Para tanto, dentre outras medidas, estava a reforma trabalhista.

É sabido que a regulação no mercado de trabalho é um dos fatores que afeta diretamente a capacidade de resposta do mercado de trabalho a flutuações do produto, ou seja, o coeficiente da Lei de Okun (linha vermelha do gráfico). Com isso, a desregulamentação do mercado de trabalho tende a promover uma elevação, em módulo, do coeficiente de Okun, o que aumenta a capacidade de recuperação de empregos em tempos de prosperidade, mas também pode intensificar o desemprego em uma recessão. Como a expectativa era de recuperação, e Temer tinha pouco tempo, havia pressa para a reforma trabalhista, no contexto da esperança da equipe econômica em recuperar rapidamente os empregos perdidos.

Contudo, as denúncias de corrupção com participação direta de Michel Temer, a intensificação novamente da crise política, a recuperação da economia não sentida pela população, a baixa popularidade, a perda de apoio de Temer no Congresso, as incertezas do cenário político-eleitoral, fizeram com que o governo Temer fracassasse e não conseguisse implementar o restante da sua agenda, especialmente a reforma da previdência e consequente melhora nas expectativas. O resultado disso é que o governo Temer fracassou, a economia não se recuperou efetivamente e, conseqüentemente, não houve a geração de empregos que se esperava com a reforma trabalhista. Com isso, Temer tem tudo para se consagrar como o mais impopular presidente da história do Brasil; e seu candidato à presidência nas eleições de 2018 e ex-ministro da Fazenda do seu governo, Henrique Meirelles, a uma semana das eleições, registra 2% das intenções de voto.